

EDITAL – CREDENCIAMENTO SESC EM MINAS Nº 0331/2022

A **COMISSÃO DE CREDENCIAMENTO DO SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO – SESC** – Departamento Regional Minas Gerais, comunica aos interessados que realizará **CREDENCIAMENTO**, regido pelo *caput* do Art. 10 do Regulamento de Licitações e Contratos do Sesc, consolidado pela Resolução do Conselho Nacional do Sesc de n.º1252/2012, conforme especificações contidas nesse Edital e Anexos.

DISPOSIÇÕES INICIAIS

1.1. Objeto: Credenciamento para contratação de empresas especializadas em elaboração e gestão de projetos para leis de incentivo ao esporte, sob demanda, em regime de não exclusividade.

LOTE	Atividade
Lote 01 - LEI DE INCENTIVO FEDERAL	Desporto Educacional
	Desporto de Participação
	Desporto de rendimento
Lote 02 - LEI DE INCENTIVO ESTADUAL	Auxílio à elaboração de Projeto Esportivo
	Captção de recursos para Projeto Esportivo
	Auxílio à prestação dos documentos necessários para prestação de contas pelo executor.

1.2. Critério de Seleção: Sorteio combinado com rodízio

1.3. Processo de referência: 004005-00703

1.4. Horário, data e local da entrega dos documentos: a partir do dia **22/02/2023**, os documentos deverão ser entregues a Comissão de Credenciamento, de forma online através do e-mail: comissaodecredenciamento@sescmg.com.br.

1.5. Prazo de vigência do Credenciamento: 60 (sessenta) meses a partir da publicação, estando válido até **10/02/2028**.

1.6. Todos os documentos e informações referentes a este credenciamento serão disponibilizados no *site* www.sescmg.com.br.

2. ANEXOS

- ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA
- ANEXO II – MODELO DE SOLICITAÇÃO DE CREDENCIAMENTO
- ANEXO III – RELAÇÃO DE LOTES E VALORES (REMUNERAÇÃO)
- ANEXO IV – MINUTA DO INSTRUMENTO CONTRATUAL

3. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1. Poderão participar do presente procedimento de credenciamento os interessados que estejam aptos ao objeto do presente Edital, e em condições de atender a todas as exigências deste Edital e Anexos.

3.2. Não poderá participar do credenciamento a empresa:

- 3.2.1.** Que esteja suspensa de licitar ou contratar com o Sesc em Minas, enquanto perdurar a suspensão.
- 3.2.2.** Que se encontrem em situação de falência, concurso de credores, dissolução e liquidação.
- 3.2.3.** Que esteja reunida em consórcio e/ou seja controladora, coligada ou subsidiária de qualquer outra empresa participante deste credenciamento;
- 3.2.4.** Cujas gestão seja desenvolvida por menor, exceto se este for apenas sócio sem a atribuição de gestor, cujas cotas estejam integralizadas.
- 3.3.** A proponente arcará integralmente com todos os custos de preparação e apresentação de sua documentação, independente do resultado do procedimento.
- 3.4.** A participação no procedimento implica aceitar todas as condições estabelecidas neste Edital e Anexos.

4. PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS OU IMPUGNAÇÕES

- 4.1.** Quaisquer pedidos de esclarecimentos ou impugnações relativos ao presente Edital e Anexos, deverão ser devidamente identificados (Nome empresarial, CNPJ, telefone, e-mail) e protocolados na Comissão de Credenciamento do Sesc em Minas, localizada na rua dos Tupinambás, nº 956, Centro, Belo Horizonte/MG, CEP 30160-011 ou encaminhados por e-mail comissãodecredenciamento@sescmg.com.br, até **02 (dois) dias úteis** antes da data início da entrega dos documentos, expressa no item **1.4.** deste instrumento.
- 4.1.1.** O prazo para esclarecimentos e/ou impugnações se encerra no dia **17/02/2023**.
- 4.2.** Não serão atendidas solicitações verbais ou por telefone.
- 4.3.** A Comissão de Credenciamento não se responsabilizará por e-mail que, por qualquer motivo, não for recebido, bem como correspondências que não forem recebidas dentro do prazo.
- 4.4.** Os esclarecimentos e impugnações serão respondidos antes da data e horário de abertura da data de entrega dos envelopes e divulgados no *site* do Sesc em Minas.
- 4.5.** As respostas aos pedidos de esclarecimentos e julgamento das impugnações serão publicadas no *site* do Sesc em Minas e integram o Edital e Anexos.
- 4.6.** O prazo inicialmente estabelecido de início do Credenciamento será alterado se a(s) decisão(ões) do(s) esclarecimento(s) e impugnação(ões) afetar(arem) os documentos referentes a solicitação de credenciamento.
- 4.7.** Decairá do direito de impugnar os termos do Edital, a proponente que não se manifestar no prazo estipulado. A impugnação e/ou pedido de esclarecimento apresentada à Comissão de Credenciamento, após o prazo estipulado, será recebida como mera informação.

5. RECEBIMENTO DA DOCUMENTAÇÃO

- 5.1. FORMA DE APRESENTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO:** a documentação para solicitação de credenciamento deverá ser apresentada por e-mail, contendo no título **DOCUMENTAÇÃO PARA O CREDENCIAMENTO Nº 0331/2022**.

5.2. Os documentos deverão ser enviados à Comissão de Credenciamento através do e-mail comissaodecredenciamento@sescmg.com.br.

5.3. Os documentos deverão ser anexos em formato PDF não editável.

6. SOLICITAÇÃO DE CREDENCIAMENTO

6.1. Para se credenciar, o proponente deverá apresentar a seguinte documentação:

- a) Solicitação de Credenciamento, conforme Anexo II.
- b) Prova de registro no órgão competente, no caso de empresário individual **ou** Cópia simples do Ato Constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado no órgão competente **ou** Cópia simples do Ato de nomeação ou de eleição dos administradores, devidamente registrado no órgão competente, na hipótese de terem sido nomeados ou eleitos em separado.
- c) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ.
- d) Prova de regularidade perante a Fazenda Federal e encargos sociais instituídos por Lei.
- e) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF/FGTS) e/ou comprovação de ausência de cadastro junto ao CRF.
- f) Atestado de capacidade técnica comprovando a prestação de serviço similar a outras empresas ou entidades, que comprove a criação, aprovação e prestação de contas para projetos ligados a modalidade esportiva, com valor no mínimo R\$ 750.000,00 (setecentos e cinquenta mil reais)¹.

6.1.1. A prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Federal poderá ser efetuada mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN, referente a todos os tributos federais e Dívida Ativa da União por elas administradas.

6.1.2. A prova de regularidade fiscal se fará mediante apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa

6.1.3. A Solicitação de Credenciamento deve conter todas as informações contidas no modelo disponibilizado, devidamente assinada pelo seu representante legal e preferencialmente em papel timbrado da empresa e deverá indicar qual(is) o(s) solicitante deseja credenciar.

6.2. As cópias dos documentos apresentados pelos interessados deverão ser apresentadas legíveis.

6.3. A Comissão de Credenciamento do Sesc em Minas poderá solicitar à empresa a apresentação dos originais para fins de verificação da autenticidade das cópias apresentadas, definindo prazo para tal providência.

6.4. A documentação deverá estar válida na data do protocolo de entrega no Sesc em Minas. Quando o prazo de validade não constar no documento, este será considerado como sendo de 120 (cento e vinte) dias, contados a partir da expedição do documento.

¹ Definido com base nos valores de projetos estimados pela instituição.

6.5. A ausência de documento(s) ou a apresentação dos documentos em desacordo com o previsto neste Edital levará ao não credenciamento do proponente.

6.6. Todos que atenderem as condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos serão credenciados para execução do objeto.

6.7. As empresas deverão estar com a documentação exigida neste Edital em vigor ao longo de todo o período do credenciamento.

6.8. O credenciamento desenvolver-se-á, conforme sequência descrita a seguir:

6.8.1. Protocolo do envelope: o envelope protocolado pelos interessados receberá um carimbo indicando a data, hora e o responsável pelo seu recebimento ou recebimento do email (comissaodecredenciamento@sescmg.com.br)

6.9. Análise dos documentos apresentados listados nas alíneas do item 6.1.

6.9.1. Poderão ser solicitados esclarecimentos, retificações e complementações da documentação que se façam necessárias. A credenciada terá no mínimo 2 (dois) úteis para responder a solicitação, sob pena de ser considerada “inapta” para se credenciar. O prazo poderá ser dilatado, mediante solicitação da credenciada e avaliação da Comissão.

6.9.2. As solicitações de esclarecimentos, retificações e complementações serão enviadas para o e-mail de contato descrito no documento “Anexo II - Solicitação de Credenciamento” e poderão ser respondidas também por e-mail.

6.10. Caso a solicitação de credenciamento seja indeferida pela Comissão, o interessado poderá reiterar o pedido de credenciamento quando atender aos requisitos deste Edital e Anexos.

7. RESULTADO

7.1. O resultado do julgamento será publicado no site do Sesc em Minas, www.sescmg.com.br.

8. RECURSOS

8.1. Os interessados poderão recorrer do resultado publicado em relação à avaliação da documentação, no prazo de 02 (dois) dias úteis contados da data da publicação do resultado. O recurso poderá ser protocolado pessoalmente na Comissão de Credenciamento, devendo ser por escrito, assinado pelo representante legal da empresa ou encaminhado via e-mail no endereço eletrônico: comissaodecredenciamento@sescmg.com.br.

8.2. O recurso limitar-se-á a questões de habilitação, considerando, exclusivamente, a documentação apresentada no ato da solicitação de credenciamento, não sendo considerado documento anexado em fase de recurso.

8.3. Não serão aceitos, para análise, os recursos que cheguem fora do prazo previsto acima.

8.4. Os autos do processo permanecerão com vista aos interessados, na sala da Comissão de Credenciamento, mediante agendamento prévio.

8.5. O recurso não tem efeito suspensivo, inclusive para fins de sorteios.

8.5.1. As empresas consideradas aptas, poderão participar dos sorteios, eventualmente agendados, no decorrer da fase recursal, desde que seja o início de um novo ciclo.

8.5.2. As empresas consideradas inaptas não participarão dos sorteios, eventualmente agendados, no decorrer da fase recursal.

8.6. Os recursos serão julgados pela autoridade competente ou por quem esta delegar competência.

8.7. O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

8.8. Não serão admitidos mais de um recurso do interessado versando sobre o mesmo motivo de contestação.

8.9. A interposição de recurso por um ou mais interessados não prejudica o credenciamento dos demais.

8.10. Os resultados dos recursos interpostos serão divulgados através do site www.sescmg.com.br.

9. CREDENCIAMENTO

9.1. Expirado o prazo recursal sem manifestação ou julgado o recurso eventualmente interposto, a Comissão de Credenciamento divulgará o resultado final, no site do Sesc em Minas, através da lista de credenciados.

9.2. Os interessados somente estarão credenciados a partir da publicação referida no subitem anterior.

9.3. A relação de credenciados publicada no site do Sesc em Minas será atualizada sempre que houver alterações referentes a credenciamento/descredenciamento de interessados.

10. CONTRATAÇÃO

10.1. Findo o procedimento de credenciamento, havendo a necessidade de execução dos serviços constantes no objeto deste credenciamento, a credenciada será convocada, na forma do previsto no item 5 do Anexo I – Termo de Referência, para aceitação dos serviços. A partir da convocação e aceite da credenciada para a prestação dos serviços, a contratada será formalizada por meio de instrumento contratual.

11. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. É vedado aos licitantes descumprir as normas do edital e seus anexos, considerando-se como descumprimento, dentre outras, as seguintes condutas:

I – Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação, conluio ou qualquer outro expediente, com o intuito de obter, para si ou para outrem, vantagem decorrente da adjudicação do objeto da contratação;

II – Apresentar documentação falsa ou recusar-se, injustificadamente, a apresentar documentos que lhe sejam solicitados, dentro do prazo cabível;

III – Ensejar o retardamento da execução do objeto;

IV – Não manter a proposta apresentada.

11.2. Aos licitantes que incorrerem nas condutas previstas no subitem 11.1, poderão ser aplicadas as seguintes penalidades:

I – Multa de até 25% do valor do contrato ou da licitação, quando inexistente o contrato;

II – Suspensão temporária de licitar ou contratar com o Sesc em Minas, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

III – Rescisão unilateral por inadimplemento da contratada.

11.3. A aplicação das penalidades descritas nos incisos I a III, do item 11.2, não é gradativa, de modo que a aplicação de uma penalidade mais grave independe da anterior aplicação de penalidade mais leve.

11.4. As penalidades poderão ser aplicadas individual ou cumulativamente, sem prejuízo de posterior medida judicial ou administrativa que objetive o ressarcimento dos danos sofridos pelo Sesc em Minas.

11.5. A penalidade aplicável será verificada em cada caso, a partir de ponderação que levará em conta fatores como a proporção dos prejuízos causados ao Sesc em Minas ou à competitividade e lisura da licitação, a gravidade da infração cometida, a natureza e motivação da conduta do processado, o caráter pedagógico, a observância do dever de cooperação e boa-fé, e o histórico de atuação do processado junto da instituição.

11.6. A inscrição no Cadastro de Fornecedores Suspensos de Licitar e Contratar com o Sesc em Minas – CFS implicará em:

I – Exclusão sumária de processo licitatório em curso de que eventualmente esteja participando;

II – Proibição de participar de processos de licitação ou contratação junto ao Sesc em Minas enquanto perdurar a suspensão aplicada;

III – Proibição de firmar novos contratos com o Sesc em Minas enquanto perdurar a suspensão aplicada;

IV – Possibilidade de rescisão unilateral dos contratos vigentes com a instituição.

12. DESCRENCIAMENTO

12.1.1. As credenciadas poderão solicitar o seu descredenciamento, a qualquer tempo, durante a vigência do credenciamento, através de requerimento formal assinado por representante legal da empresa credenciada, direcionado a Comissão de Credenciamento, sendo que as demandas já aceitas e/ou contratadas deverão ser cumpridas em sua totalidade, independente da solicitação de descredenciamento.

12.1.2. O Sesc poderá realizar o descredenciamento de empresas que descumpram as exigências estabelecidas no Edital e seus Anexos, durante a vigência do credenciamento.

12.1.2.1. A empresa será notificada da intenção de descredenciamento e terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para apresentar sua defesa.

12.1.2.2. O descredenciamento somente será efetivado após a inércia de defesa e/ou julgamento da motivação apresentada.

12.1.3. O resultado da decisão de descredenciamento será publicado no site do Sesc em Minas.

13. CANCELAMENTO DO EDITAL DE CREDENCIAMENTO

13.1. O presente Edital poderá ser cancelado por razões de interesse do Sesc em Minas, decorrentes de fatos supervenientes, devidamente comprovados, pertinentes e suficientes para justificar seu cancelamento, sem que disso decorra qualquer direito a indenização ou ressarcimento para os interessados, seja de que natureza for.

14. DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. A apresentação da documentação implica na aceitação tácita e irrestrita de todas as condições estabelecidas no presente Edital e Anexos.

14.2. É facultada a Comissão de Credenciamento em qualquer fase do procedimento, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

14.3. O Sesc em Minas reserva-se no direito de efetuar diligências junto aos emitentes ou declarantes dos documentos com a finalidade de elucidação de dúvidas ou comprovação de sua autenticidade.

14.4. A Comissão de Credenciamento poderá suprir a eventual omissão ou falha de documentos, mediante consulta via internet em sites oficiais que emitam certidões online, reconhecendo-lhe os efeitos para fins de habilitação, quando possível.

14.5. Não serão aceitos protocolos de entrega e/ou solicitações de documentos em substituição aos documentos requeridos neste presente edital.

14.6. As proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase do procedimento.

14.7. Não serão credenciadas as empresas participantes deste procedimento que deixarem de prestar informações complementares, quando solicitadas, ou que não atenderem positivamente a diligência realizada.

14.8. Quaisquer questões decorrentes deste procedimento serão resolvidas de acordo com a legislação vigente aplicável à espécie.

14.9. Nenhuma indenização será devida às empresas participantes pela simples apresentação de documentações relativas ao presente Edital e Anexos.

14.10. Na contagem dos prazos, excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o do vencimento e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário. Só se iniciam e vencem prazos em dia de funcionamento do Sesc em Minas.

14.11. A inobservância, em qualquer fase do processo de credenciamento, por parte do interessado, dos prazos estabelecidos em notificações pessoais ou gerais, será caracterizada como desistência, implicando seu não credenciamento.

14.12. A inexistência de afirmativas, declarações falsas ou irregulares em quaisquer documentos, ainda que verificada posteriormente, será causa de eliminação do interessado do processo de

credenciamento, anulando-se a solicitação de credenciamento, bem como todos os atos dela decorrentes, sem prejuízo das demais medidas de ordem administrativa, cível ou criminal.

14.13. Os casos omissos serão dirimidos pela Comissão de Credenciamento e Autoridade Competente.

14.14. Durante a vigência do presente credenciamento, o mesmo pode sofrer alterações mediante errata e/ou documento equivalente, devendo os já credenciados, quando da alteração, ratificarem, por qualquer meio idôneo, o interesse na permanência como credenciado.

Belo Horizonte, ____ de _____ de 2023

Comissão Permanente de Credenciamento do Sesc em Minas



CNC | Fecomércio MG
Sindicatos Empresariais | Senac

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

Credenciamento para contratação de empresas especializadas em elaboração e gestão de projetos para leis de incentivo, sob demanda, em regime de não exclusividade.

2. JUSTIFICATIVA

Essa contratação justifica-se pela necessidade de elaboração, aprovação e acompanhamento de projetos incentivados, com o objetivo de cumprir os objetivos estratégicos planejados para a área de Esporte do Sesc em Minas.

A opção pelo credenciamento permite que várias empresas executem os serviços propostos pelo Sesc, o que fomenta o mercado através da pulverização dos recursos para uma pluralidade de interessados capacitados para a elaboração e acompanhamento dos projetos.

3. ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE EXECUÇÃO

3.1. A prestação de serviço a ser contratada deve compreender as seguintes realizações:

3.1.1. Elaboração de projeto a ser submetido à lei federal e/ou estadual de incentivo ao esporte, com propositura do Sesc em Minas.

3.1.2. Acompanhamento da análise e aprovação do projeto junto aos órgãos competentes.

3.1.3. Apoio no processo de captação de recursos.

3.1.4. Acompanhamento administrativo e financeiro da execução do projeto.

3.1.5. Execução dos processos e trâmites referentes à prestação de contas dos projetos.

3.1.6. Suporte na resposta a eventuais diligências apresentadas pelos órgãos competentes.

3.2. A prestação de serviço somente terá início após a assinatura do instrumento legal entre as partes.

4. LOCAL DE EXECUÇÃO

4.1. Os projetos decorrentes dessa contratação poderão ser executados em todo o estado de Minas Gerais.

5. CRITÉRIO DE ESCOLHA

5.1. A prestação dos serviços ocorrerá em regime de sorteio combinado com rodízio, viabilizando o maior número de credenciadas.

5.2. O sorteio irá ocorrer mediante solicitação da área demanda, quando está identificando a necessidade de realização do primeiro projeto.



CNC | Fecomércio MG
Sindicatos Empresariais | Senac

5.3. A Comissão Permanente de Credenciamento realizará o sorteio com todas as empresas habilitadas até a data do sorteio, gerando uma Ordenação dos Credenciados Aptos a Convocação.

5.4. Obedecida a ordem de classificação da Ordenação dos Credenciados Aptos a Convocação, a cada necessidade durante a vigência do credenciamento, será convocada a empresa para a execução da demanda.

5.5. Esta convocação será realizada pelo site do Sesc em Minas e e-mail da empresa informado no momento do credenciamento.

5.6. Na convocação, o Sesc em Minas informará a descrição dos projetos pretendidos.

5.7. A empresa deverá emitir aceite da demanda em até 2 (dois) dias úteis, contados de sua convocação, sob pena de aplicação das sanções previstas no Edital e Anexos, reservando-se ao Sesc em Minas, o direito de convocar a empresa subsequente para a realização da demanda.

5.8. Fica estabelecido que a empresa que se habilitar ao credenciamento após o sorteio, será incluído na última posição da Ordenação dos Credenciados Aptos a Convocação.

5.9. Após a convocação de todas as empresas da Ordenação dos Credenciados Aptos a Convocação, será chamada a primeira empresa novamente, e assim segue enquanto o edital estiver vigente.

5.10. Fica estabelecido que a empresa já contemplada com a realização de um projeto, somente será convocada novamente, após oportunizada a execução de um leilão para cada uma das credenciadas, conforme ordenamento, decorrente de sorteio, publicado.

6. PRAZO DE ENTREGA

6.1. A Contratante solicitará oficialmente a prestação de serviço através de Pedido ao Fornecedor (PAF).

6.2. Cronograma de entregas:

6.2.1. Prazo de entrega: Todas as etapas de execução dos serviços devem ocorrer dentro de 60 (sessenta) dias corridos.

6.2.2. Prazo para entrega da fase de elaboração do projeto – 20 dias corridos a contar da confirmação do recebimento do PAF.

6.2.3. Prazo para entrega da fase de aprovação – 40 dias corridos a partir da inserção do projeto.

6.2.4. Prazo de vigência do instrumento contratual: o contrato terá a validade de 1 ano, contado de sua assinatura com possibilidade de prorrogação, nos termos da Resolução nº 1252/12.

7. VIGÊNCIA

7.1. O edital de credenciamento terá validade de 60 (sessenta) meses.

8. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO



CNC | Fecomércio MG
Sindicatos Empresariais | Senac

- 8.1.** O valor a ser pago pela prestação de serviço refere-se a um percentual fixo, conforme taxado pelo Sesc no Anexo III, e será descontado do valor total captado pelo projeto.
- 8.2.** O pagamento somente será realizado após a liberação do recurso captado na conta bancária do projeto.
- 8.3.** A Contratada emitirá nota fiscal, ao final da atividade.
- 8.4.** Posterior à captação dos recursos financeiros necessários ao projeto, o pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias corridos após liberação de execução do projeto pelo órgão competente (Federal e/ou Estadual).
- 8.5.** Somente serão pagos os serviços efetivamente prestados.
- 8.6.** A nota fiscal deve ser emitida com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação para o credenciamento.
- 8.7.** A nota fiscal deverá ser apresentada juntamente com os comprovantes de regularidade para com a Fazenda Pública Federal e com o FGTS.
- 8.8.** O prazo limite para emissão da nota de serviço é até o dia 20 (vinte) do mês vigente.

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 9.1.** Elaborar e aprovar o projeto junto aos órgãos competentes (Lei Federal e/ou Estadual).
- 9.2.** Prestar contas da execução do projeto junto aos órgãos competentes (Federal e/ou Estadual) mensalmente.
- 9.3.** Ser apoio na prospecção de empresas financiadoras de leis de incentivo (indicar empresas com perfil para captação, auxiliar, se possível, na montagem de apresentação comercial para captar recursos financeiros).
- 9.4.** Realizar o acompanhamento administrativo e financeiro da execução do projeto, intervindo tecnicamente quando necessário.
- 9.5.** Encaminhar à contratante o escopo do projeto aprovado, bem como toda documentação que comprove a gestão e prestação de contas ao longo da execução do projeto.
- 9.6.** Apresentar subsídio técnico para responder eventuais diligências emitidas pelos órgãos competentes (Federal e/ou Estadual).

10. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE



CNC | Fecomércio MG
Sindicatos Empresariais | Senac

10.1. Sem prejuízo ou dispensa das obrigações das contratadas, o Sesc em Minas exercerá ampla supervisão, controle e fiscalização sobre a execução do contrato, através de equipe própria de prepostos seus ou empresa contratada.

10.2. A execução do objeto será acompanhada pelo fiscal designado pelo Sesc em Minas.

11. FISCALIZAÇÃO

11.1. Sem prejuízo ou dispensa das obrigações das contratadas, o Sesc em Minas exercerá ampla supervisão, controle e fiscalização sobre a execução do contrato, através de equipe própria de prepostos seus ou empresa contratada.

11.2. A execução do objeto será acompanhada pelo fiscal designado pelo Sesc em Minas.

12. PENALIDADES

12.1. As penalidades são as previstas no instrumento contratual.

13. CANCELAMENTO DO PROJETO

13.1. Caso o projeto seja interrompido ou cancelado, não caberá a nenhuma das partes qualquer tipo de indenização ou ressarcimento de valores financeiros.

14. SUBCONTRATAÇÃO

14.1. Não será permitida a subcontratação.

15. GESTOR DO CONTRATO

15.1. Gerência de Esporte e Recreação



ANEXO II – MODELO DA SOLICITAÇÃO DE CREDENCIAMENTO

Dados da Empresa

Razão Social: _____

CNPJ: _____

Endereço Completo: _____

Telefone: () _____ Telefone: () _____ Fax: () _____

Nome do Representante Legal: _____

RG: _____ CPF: _____

Lote(s) de Interesse(s): _____

Declaro que atendo todas as exigências do presente edital deste credenciamento.

Também apresentamos os seguintes meios abaixo descritos para que o Sesc em Minas possa transmitir comunicações decorrentes deste procedimento de credenciamento.

E-mail: _____ Telefone: () _____

Local e Data

Assinatura do Representante Legal

OBSERVAÇÕES: Este documento deverá ser preenchido preferencialmente em papel timbrado da empresa licitante e estar devidamente assinado por seu representante legal. Quando não for em papel timbrado, deverá constar o carimbo com CNPJ dessa empresa. A licitante deverá indicar na proposta o nome, contato telefônico e-mail do preposto.



ANEXO III – RELAÇÃO DOS LOTES E PERCENTUAIS DE REMUNERAÇÃO PELOS SERVIÇOS PRESTADOS

LOTE	Atividade	% DE REMUNERAÇÃO
Lote 01 - LEI DE INCENTIVO FEDERAL	Desporto Educacional	10%
	Desporto de Participação	7%
	Desporto de rendimento	5%
Lote 02 - LEI DE INCENTIVO ESTADUAL	Auxílio à elaboração de Projeto Esportivo	10%
	Captação de recursos para Projeto Esportivo	
	Auxílio à prestação dos documentos necessários para prestação de contas pelo executor.	

- Os percentuais de remuneração do lote 1 foram definidos com base na **Portaria do Ministério da Cidadania Nº424, de 22 de Junho de 2020 – artigo 26**
- Os percentuais de remuneração do lote 2 foram definidos com base na **Resolução Sedese MG Nº049, de 16 de outubro de 2020 – artigo 22**

Credenciamento nº 0331/2022

ANEXO IV - MINUTA DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

Quadro resumo	Contratada	
	CNPJ	
	Representante	
	Objeto	contratação de empresas especializadas em elaboração e gestão de projetos para leis de incentivo ao esporte, sob demanda, em regime de não exclusividade
	Vigência	12 (doze) meses
	Lote	

O SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO – ADMINISTRAÇÃO REGIONAL NO ESTADO DE MINAS GERAIS, com sede na Rua dos Tupinambás, nº 956, Centro, Belo Horizonte, Minas Gerais, neste ato representado pelo seu(sua) [REDACTED], [REDACTED], na qualidade de contratante e, do outro lado, [REDACTED], inscrita no CNPJ sob o nº [REDACTED], com sede à [REDACTED], neste ato representada por seu [REDACTED], na qualidade de **contratada**, **RESOLVEM** firmar o presente **CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**, decorrente do **Credenciamento Sesc em Minas nº 0331/2022**, nos termos do Regulamento de Licitações e Contratos, consolidado pela Resolução do Conselho Nacional do Sesc nº 1.252/12, mediante as seguintes cláusulas e condições:



1. Objeto

1.1. Constitui objeto deste instrumento a **prestação de serviço de elaboração e gestão de projetos para leis de incentivo ao esporte, sob demanda, em regime de não exclusividade**, conforme especificações constantes no Edital de Credenciamento nº 0331/2022 e seus Anexos.

1.2. São partes integrantes e indissociáveis deste instrumento, independentemente de transcrição ou juntada, o Edital de Credenciamento nº 0331/2022 e seus anexos, em especial o Termo de Referência e a Proposta de Preços da contratada, bem como os demais documentos do processo licitatório.

1.3. Em caso de detalhes não mencionados neste Contrato ou nos seus anexos, a contratada deverá fornecer para a execução do objeto ora contratado o que de melhor existir em produto/serviço do gênero. As Partes acordam que qualquer modificação por razão de ordem técnica que se julgue como necessária durante a execução deste Contrato deverá ser previamente comunicada ao contratante, somente sendo liberada a sua realização após formalmente aprovada.

2. Obrigações do Contratante

2.1. São obrigações do contratante, além das eventualmente previstas no Edital e seus anexos:

- a. Exercer ampla fiscalização sobre os bens e serviços contratados por intermédio de seus prepostos;
- b. Fornecer à contratada as informações e a documentação técnica indispensável à execução do objeto contratado;
- c. Efetuar os pagamentos nas condições e preços contratados;
- d. Manifestar-se, em até 10 (dez) dias úteis, sobre solicitações, reivindicações, cronogramas e questionamentos da contratada, de forma a não prejudicar a execução do objeto;
- e. Supervisionar e fiscalizar a execução do objeto contratual, sob os aspectos qualitativos e quantitativos, podendo sustar, recusar, mandar fazer ou desfazer qualquer fornecimento que não esteja de acordo com as condições e exigências especificadas.



3. Obrigações da Contratada

3.1. São obrigações da contratada, além das eventualmente previstas no Edital e seus anexos:

- a. Observar todos os prazos, cláusulas e obrigações fixadas neste documento, no Edital e em seus anexos, bem como as determinadas pela fiscalização ao longo da execução contratual;
- b. Manter atualizados, junto à contratante, seus dados relativos a telefone, e-mail e endereço;
- c. Designar equipe técnica composta por mão-de-obra especializada e qualificada, em quantidade necessária a boa execução dos serviços;
- d. Executar o objeto contratual de acordo com as especificações e exigências descritas, devendo arcar com todas as despesas necessárias ao completo cumprimento do objeto contratado, responsabilizando-se, ainda, pela qualidade dos trabalhos, prazo de execução, segurança dos seus empregados, prepostos e terceiros;
- e. Executar o objeto contratual com alto nível de qualidade, podendo o contratante recusar os serviços que não atendam aos padrões estabelecidos, conforme especificações técnicas contidas no Termo de Referência, ficando nesta hipótese a contratada obrigada a refazê-los, sem nenhum custo adicional para o contratante.
- f. Corrigir, total ou parcialmente, às suas expensas, o serviço prestado com vício, defeito ou incorreção apontada pela fiscalização.
- g. Excluir da equipe designada para a execução dos serviços pessoa que se comporte de maneira indevida, atue com negligência, imprudência, imperícia ou incompetência no desempenho de suas atribuições.
- h. Aceitar a inspeção e fiscalização da contratante e responder, tempestivamente, aos seus questionamentos, prestando esclarecimentos, fornecendo documentos e participando de reuniões sempre que solicitado;
- i. Informar ao fiscal designado pelo contratante a ocorrência de qualquer ato, fato ou circunstância que possa atrasar ou impedir a conclusão do fornecimento, sugerindo as medidas cabíveis para sua regularização.
- j. Credenciar e manter preposto para representá-lo junto ao contratante, a fim de tratar todos os assuntos relativos à execução do objeto deste instrumento.



- k. Cumprir todas as obrigações legais, em especial as de natureza fiscal, ambiental, trabalhista e previdenciária que sejam de sua responsabilidade;
- l. Manter, durante toda a execução do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo de licitação.
- m. Responsabilizar-se por todas as obrigações e encargos decorrentes das relações de trabalho com os profissionais contratados, previstos na legislação pátria vigente, sejam de âmbito trabalhista, previdenciário, social, securitários, fiscal, comercial, civil e criminal, bem como com os tributos e quaisquer ônus que incidam ou venham a incidir sobre a execução do objeto ora contratado, inclusive no tocante a empregados, dirigentes, subcontratados ou prepostos, pagando, inclusive, as multas porventura impostas pelas autoridades, devendo dar ciência de tudo ao contratante através da obrigatória apresentação dos comprovantes correspondentes.
- n. Indenizar o contratante por todo e qualquer dano decorrente direta e indiretamente da execução do presente Contrato, por culpa ou dolo de seus empregados ou prepostos. Para garantia do ressarcimento do dano, total ou parcial, tem o contratante o direito de retenção sobre o pagamento devido à contratada.

3.2. O exercício pela contratante do direito de supervisionar, controlar e fiscalizar a execução do objeto não atenuará, reduzirá ou eximirá qualquer responsabilidade ou obrigação da contratada.

4. Suspensão, controle e fiscalização

4.1. Sem prejuízo ou dispensa das obrigações da contratada, o contratante exercerá ampla supervisão, controle e fiscalização sobre a execução do presente contrato, por meio de equipe própria, de prepostos seu devidamente credenciados ou de empresa contratada.

4.2. De acordo com as diretrizes do contratante, o fiscal nomeado para acompanhar e fiscalizar o presente Contrato será o designado no Termo de Designação de Fiscal, documento anexo ao processo interno de contratação do Sesc em Minas, e será responsável por:

4.2.1. Realizar o acompanhamento da execução dos serviços nos seus aspectos quantitativo e qualitativo, com o registro das ocorrências em relatório próprio, bem como eventuais deficiências relacionadas à execução, e comunicar formalmente à contratada os fatos que exijam medidas corretivas;



4.2.2. Atestar a execução do objeto, inclusive quando necessário a liquidação de despesas e retenção de pagamentos em virtude de inadimplemento das obrigações principais e/ou acessórias assumidas pela contratada nesta contratação;

4.2.3. Manifestar-se quanto ao acompanhamento e fiscalização da prestação dos serviços, inclusive propondo medidas acautelatórias urgentes necessárias a proteção do patrimônio do contratante.

4.3. Qualquer alteração do fiscal deste Contrato será comunicada, por qualquer meio idôneo, à contratada.

4.4. O exercício, pela contratante, do direito de supervisionar, controlar e fiscalizar a execução do presente Contrato, não atenuará, reduzirá ou eximirá qualquer responsabilidade ou obrigação da contratada nos termos deste Contrato.

4.5. Todo e qualquer entendimento entre a equipe de supervisão e fiscalização da contratante e a contratada deverá ser formalizado por documento escrito, contendo as assinaturas dos representantes das Partes, sem as quais não terá validade.

4.6. A contratada deverá ajustar, prontamente, na forma prevista por acordo das Partes, a execução do presente Contrato, conforme as providências que forem acordadas para a solução das discordâncias ou impasses, de forma a não permitir o comprometimento da qualidade dos serviços ou prejuízos aos prazos e valores contratuais.

4.7. A contratada aceita, neste ato, todos os métodos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pela fiscalização, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos, soluções e comunicações de que o contratante necessitar e que forem julgados necessários a execução do objeto contratual.

4.8. A equipe de supervisão e fiscalização do contratante, à qual a contratada deverá facilitar o exercício de suas funções, terá poderes para fiscalizar a execução dos serviços, em especial para:

- a. notificar a contratada sobre sua inadimplência no cumprimento de obrigações previstas neste Contrato e seus anexos, determinando sua regularização ou, sendo o caso, remetendo à autoridade competente para abertura de processo administrativo para apuração das penalidades, caso cabível;



- b. recusar os serviços que tenham sido realizados pela contratada em desacordo com as condições estabelecidas no presente Contrato, no Edital de Licitação e seus anexos, apresentando as devidas justificativas;
- c. exigir da contratada que exclua da equipe designada para a execução dos serviços pessoa por ela empregada que, a critério do contratante, comporte-se de maneira indevida, atue com negligência, imprudência, imperícia ou incompetência no desempenho de suas atribuições ou, ainda, persista em conduta prejudicial à saúde, à segurança ou ao meio ambiente, no local da execução dos serviços, ou ainda, de qualquer forma venha a prejudicar o andamento normal da execução dos serviços, a imagem do contratante, ou que prejudique a relação desse com as autoridades e/ou comunidades locais, devendo a contratada providenciar a imediata substituição da referida pessoa por outra que atenda aos requisitos necessários ao desempenho da respectiva função;
- d. decidir em nome do contratante e no limite de suas atribuições, as demais questões que venham a ser suscitadas quanto à execução do objeto deste Contrato.

5. Prazos

5.1. O prazo de vigência deste contrato é de 12 (doze) meses, contados a partir da data da sua assinatura, podendo ser prorrogado mediante acordo entre as partes, nos termos do Regulamento de Licitações e Contratos do Sesc, consolidado pela Resolução nº 1.252/2012 do Conselho Nacional do Sesc.

5.2. Ocorrendo a prorrogação do prazo contratual, este se fará por meio de Termo Aditivo, reservando-se ao contratante o direito de exigir, durante a prorrogação, o mesmo atendimento aos termos e condições técnicas de execução dos serviços ora contratados.

5.3. Caso seja necessária alteração no objeto do presente contrato, ou em alguma disposição do Edital de Licitação e seus anexos, em especial no Termo de Referência, para sua melhor adequação à execução dos serviços ora contratados, por fato ao qual a contratada tenha dado causa, o prazo de execução do Contrato não poderá ser prorrogado, sem prejuízo das penalidades aplicáveis.

5.4. Qualquer alteração qualitativa e quantitativa do objeto ora contratado, assim como no prazo contratual, será precedida de autorização expressa do



contratante e formalizada por meio de Termo Aditivo, conforme as normas e diretrizes constantes no Regulamento de Licitações e Contratos do Sesc, aprovado pela Resolução SESC 1.252, de 2012.

6. Subcontratação

6.1. A subcontratação poderá ser realizada se autorizada pelo Termo de Referência, e desde que observadas as condições e limites ali previstos, além do disposto nesta cláusula.

6.2. Somente será admitida a subcontratação com pessoas jurídicas, sendo vedada a subcontratação com aquelas que tenham participado do procedimento licitatório.

6.3. A qualidade e execução do serviço subcontratado continuarão na esfera de responsabilidade da contratada, que responde perante a contratante por todos os aspectos do serviço subcontratado.

7. Valor e pagamento

7.1. O Contratante pagará à Contratada, pela execução da prestação dos serviços, em até 30 (trinta) dias após o recebimento da nota fiscal ou documento equivalente, que somente poderá ser emitida após cumpridas todas as exigências previstas neste instrumento e no Edital de Licitação e em seus anexos, com o devido atesto, pelos serviços efetivamente prestados, o valor de **R\$ XXXX**, correspondente à taxa percentual fixa fixada no Credenciamento a que este contrato se refere, incidente sobre o valor total captado pelo projeto.

7.2. Todos os ônus fiscais que incidam ou venham a incidir sobre os preços do objeto contratado serão de exclusiva responsabilidade da contratada, assim como as demais despesas diretas e indiretas relacionadas à execução do objeto contratual.

7.3. Caso os serviços contratados não sejam integralmente executados, o valor pago será proporcionalmente reduzido, conforme certificação dos serviços não prestados.

7.4. Após realizada a conferência e aceite formal por parte do contratante, a contratada poderá emitir as notas fiscais para pagamento.

7.4.1. Entre a emissão da nota fiscal e sua entrega ao contratante não poderá transcorrer mais de 24 (vinte e quatro) horas.



7.4.2. A nota fiscal/fatura será emitida com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação, em conformidade com as exigências legais e contendo as seguintes informações:

- a. Objeto do Contrato;
- b. Número do Contrato;
- c. Período de referência do faturamento;
- d. Conta bancária, Banco e Agência;
- e. Destaque, conforme regulação específica, das retenções incidentes sobre o faturamento (ISSQN, INSS, IRRF e outros), se houver;
- f. Destaque de valor relativo a qualquer retenção aplicada pela Instituição Gerenciadora, para produzir, exclusivamente, efeitos financeiros no ato de pagamento, não podendo alterar o valor total do documento fiscal;

7.4.3. Quando necessário, a fiscalização poderá exigir, junto da Nota Fiscal, a seguinte documentação:

- a. Comprovante de regularidade para com as Fazendas Federal e Municipal, Seguridade Social e com o FGTS, considerada na data de liquidação da despesa do Fornecedor;
- b. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho;
- c. GFIP do Prestador.

7.5. Recebida a nota fiscal acompanhada da documentação pertinente, o contratante verificará a sua adequação em até 10 (dez) dias consecutivos.

7.5.1. Caso seja constatada qualquer pendência, o contratante dará ciência à contratada e devolverá a nota, reiniciando o prazo de 10 (dez) dias consecutivos quando da reapresentação da documentação.

7.5.2. A devolução de nota fiscal pelo contratante não importará na suspensão da execução dos serviços pela contratada, ou a eximirá de realizar o pagamento devido a seus empregados ou de adimplir qualquer obrigação financeira decorrente da execução do Contrato.

7.6. Verificada a adequação da nota fiscal e dos documentos emitidos, o pagamento será efetuado, em moeda nacional, por meio de ordem bancária, observando o seguinte planejamento:



- a. As Notas Fiscais emitidas entre os dias **06** e **15** do mês corrente serão pagas no dia **05** do mês subsequente;
- b. As Notas Fiscais emitidas entre os dias **16** e **25** do mês corrente serão pagas no dia **15** do mês subsequente;
- c. As Notas Fiscais emitidas entre os dias **26** e **05** do mês corrente serão pagas no próximo dia **25**;

7.7. Todos os ônus fiscais que incidam ou venham a incidir sobre os preços dos serviços contratados serão de exclusiva responsabilidade da contratada, sendo deduzidos os valores correspondentes à retenção na fonte de tributos de qualquer esfera de governo, na forma determinada na legislação vigente.

7.8. O contratante poderá sustar os pagamentos devidos à contratada e reter os créditos e/ou a garantia, no todo ou em parte, enquanto houver pendência relativa:

- a. à liquidação de obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual;
- b. à existência de débitos para com o contratante;
- c. à existência de débitos de responsabilidade da contratada, inclusive de natureza fiscal e trabalhista, relacionados com os serviços contratados, que possam ensejar a responsabilização solidária ou subsidiária do contratante.

7.9. As retenções acima enumeradas não constituem o contratante em mora e não geram direito à alteração de preços, atualização monetária, compensação financeira ou paralisação da prestação dos serviços.

7.10. Havendo atraso de pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, a taxa de compensação financeira devida pelo contratante será calculada mediante aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = encargos moratórios;

N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = valor da parcela a ser paga; e

I = índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = (TX)/365$; $I = 0,06/365$; $I = 0,00016438$.

TX = percentual da taxa anual igual a 6%.



8. Preço e reajuste

8.1. Os preços acordados para a execução dos serviços objeto do presente contrato serão os constantes da cláusula sétima, conforme Proposta de Preços apresentada pela Contratada, e constituem a única remuneração pela execução dos serviços ora contratados.

8.2. O valor percentual relativo à Taxa de Administração será fixo e irrevogável, durante a vigência do contrato e suas possíveis prorrogações.

9. Suspensão dos serviços

9.1. O contratante tem a prerrogativa de suspender a execução do objeto deste contrato mediante comunicação formal à contratada, a quem incumbirá a imediata paralisação.

9.2. A suspensão da execução dos serviços terá duração de até 120 (cento e vinte) dias, podendo ocorrer por interesse do contratante ou por determinação do Poder Público.

9.3. Quando da suspensão, o contratante poderá efetuar o pagamento dos serviços já realizados, nos termos do contrato, desde que recebidos pela fiscalização.

9.4. Não tendo a suspensão sido causada por culpa da contratada, os prazos poderão ser prorrogados quando da retomada dos serviços.

10. Sanções administrativas

10.1. É vedado à contratada descumprir total ou parcialmente as obrigações contratuais assumidas, considerando-se descumprimento contratual, dentre outras, as seguintes condutas:

- a. Não atendimento às especificações técnicas relativas a bens, serviços ou obras, previstas em contrato ou no Edital de Termo de Referência respectivo, quando aplicável;
- b. Paralisação desautorizada ou Atraso no fornecimento de bens, na prestação de serviços ou na execução de obra ou de suas etapas;
- c. Entrega de mercadoria falsificada, furtada, roubada, receptada, deteriorada, danificada ou inadequada para o uso;
- d. Alteração de qualidade ou quantidade dos serviços/produtos fornecidos;



- e. Prestação de serviço de qualidade inferior ao pactuado;
- f. Não quitação de débitos junto ao Sesc em Minas.

10.2. É igualmente vedado à contratada a conduta ou omissão que configure inobservância à legislação vigente, à boa-fé objetiva, ou aos deveres anexos do contrato (informação, fidelidade, respeito, cooperação e confiança).

10.3. Pelo inadimplemento total ou parcial das obrigações assumidas, a contratante poderá aplicar à contratada, separadas ou cumulativamente, as seguintes sanções:

- a. Multa moratória;
- b. Multa por inadimplemento de até 25% do valor do contrato ou da licitação, quando inexistente o contrato;
- c. Suspensão temporária do direito de licitar ou contratar com o Sesc, por prazo não superior a 02 (dois) anos.
- d. Rescisão unilateral por inadimplemento da contratada.

10.4. A aplicação de uma penalidade mais grave independe da anterior aplicação de penalidade mais leve.

10.5. No caso de descumprimento, pela contratada, dos prazos previstos neste Contrato, em seus anexos ou nos demais documentos formalizados ao longo da vigência contratual, será aplicável multa moratória calculada no percentual de 0,33% (trinta e três décimos por cento) ao dia, limitada a 10% (dez por cento) sobre o valor do material, serviço, etapa ou marco contratual entregue em atraso.

10.5.1. A multa moratória apurada será descontada diretamente do pagamento do serviço ou fornecimento entregue em atraso, independente da aplicação das demais penalidades estipuladas nesta cláusula.

10.5.2. Para fins de cálculo da multa moratória, a etapa de mobilização do contrato, quando prevista, terá seu valor correspondente a 10% do valor total do contrato.

10.6. A aplicação das multas previstas nesta cláusula não impede a incidência de indenização suplementar caso os prejuízos sofridos pela contratante excedam o valor da multa fixada.

10.7. O valor da multa aplicada poderá ser retido dos pagamentos devidos pelo contratante e da garantia contratual prestada pela contratada, quando houver.



11. Rescisão

11.1. Caberá a rescisão unilateral do Contrato por parte do contratante por razões de seu interesse, de alta relevância.

11.2. O contratante também poderá realizar a rescisão unilateral nas seguintes situações, dentre outras:

- a. ocorrência de caso fortuito ou de força maior que impeça a continuidade deste Contrato;
- b. decretação de falência ou a instauração de insolvência civil, dissolução da sociedade ou o falecimento da contratada;
- c. alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da contratada que prejudique a execução do objeto contratual;

11.3. O Contrato também poderá ser rescindido de forma amigável, por acordo entre as partes.

12. Proteção de dados pessoais e privacidade

12.1. Em cumprimento às determinações da Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), a contratada deverá:

- a. Adotar medidas de segurança da informação aptas a preservar a disponibilidade dos dados pessoais eventualmente tratados em decorrência da execução do instrumento, que evitem ainda acessos não autorizados, bem como previnam incidentes segurança que violem a integralidade e confidencialidade destes dados;
- b. Garantir o sigilo dos dados pessoais acessados em razão da celebração deste Contrato;
- c. Comunicar o CONTRATANTE em até 24(vinte e quatro) horas, por meio do Fiscal designado para este Contrato, a ocorrência (ainda que indícios) de incidentes de segurança que possam impactar os dados pessoais tratados em decorrência da execução deste instrumento;
- d. Disponibilizar canal de acesso aos titulares de dados pessoais para exercício dos direitos previstos no art. 18 da LGPD e legislações correlatas;
- e. Colaborar com o CONTRATANTE para obtenção e gestão dos consentimentos que se façam necessários ao tratamento de dados na execução deste Contrato;



- f. Realizar a correção, eliminação, anonimização ou bloqueio de dados, quando notificada pelo Contratante, quando requisitado pelo titular de dados pessoais ao Contratante;
- g. Manter registro das operações de tratamento de dados que realizar, incluindo a seleção do método e das finalidades de tratamento, bem como a determinação da base legal aplicável;
- h. Designar formalmente o Encarregado de Dados (DPO), exceto se desobrigado por Lei ou regulamento expedido pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados - ANPD;
- i. Vedar o compartilhamento de dados pessoais recebidos em razão deste Contrato com terceiros estranhos ao seu objeto, salvo se encaminhado a operador de uma das partes contratantes, ou quando determinado por Lei.

12.2. A inobservância das disposições indicadas no subitem 12.1 poderá ensejar a aplicação pelo contratante das sanções administrativas previstas na Cláusula Décima deste Contrato.

13. Disposições gerais

13.1. A contratada não poderá caucionar ou utilizar o presente contrato para qualquer operação financeira, nem transferir ou ceder os direitos e obrigações deste contrato, salvo mediante autorização prévia e expressa do contratante.

13.2. Fica vedada a emissão de duplicatas com base neste contrato, não se responsabilizando o contratante por seu pagamento.

13.3. A eventual abstenção do contratante do uso dos direitos a ele assegurados neste contrato ou a não aplicação de penalidades nele previstas, não será considerada novação ou renúncia.

13.4. Todas as notificações e entendimentos entre o contratante e a contratada serão realizados por escrito.

14. Foro

14.1. O foro do presente Contrato é o da Comarca de Belo Horizonte/MG, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que possa ser.



E, por assim estarem, concordes com as cláusulas do presente Contrato, assinam seus representantes em duas vias, para que se produzam os seus efeitos legais, na presença das testemunhas abaixo.

Belo Horizonte, de de 2022.

Contratante

Representante Legal do Contratante
SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO –
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL NO ESTADO DE MINAS GERAIS

Contratada

Representante Legal da Contratada
NOME DA CONTRATADA

Testemunha 1

Testemunha 2
